

9. Paulo Freire usa também a terminologia cristã de "Páscoa" para referir-se a este mesmo fenômeno. Cf. PEI, 107. O problema das relações liderança e massas oprimidas envolve também a importante discussão da organização do partido revolucionário. A este respeito ver PF em "Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire", em *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, Paz e Terra, 1976, p. 141-142.

10. Cf. Venício A. de Lima e Clifford Christians, "Paulo Freire: A Dimensão Política da Comunicação Dialogal", em *Síntese*, vol. VI, n. 10, Maio/Agosto de 1979, p. 111-130.

11. Este ponto será esclarecido a seguir na discussão sobre o significado da libertação em PF.

12. Existe melhor exemplo para isso do que o que vem ocorrendo nos países da América Central, notadamente El Salvador e Guatemala? E quem não se lembra da luta de libertação na Nicarágua que só chegou ao fim em julho de 1979?

13. Sobre o anticapitalismo de Mounier, ver o número especial do *Frères de Monde*, n. 34, Tomos I e II. O número foi traduzido e publicado em espanhol com o título *Crítica del Capitalismo*, Editorial Nova Terra, Barcelona, 1969. Cf., particularmente, o artigo de Georges Ngango, "El Pensamiento Economico de Emmanuel Mounier", p. 227-256.

14. Cf. Denis Collins, *Paulo Freire — His Life, Works and Thought*, Paulist Press, Nova Iorque, 1977, p. 33.

15. Júlio Barreiro, *op. cit.*, p. 55.

16. É interessante notar os pontos de contato entre o conceito de libertação em Freire e o conceito de liberdade em Mounier. Cf. Emmanuel Mounier, *Personalismo*, Moraes Editora, Lisboa, 1961, especialmente o capítulo VI.

BIBLIOGRAFIA

A) Obras de PF

Educação como Prática da Liberdade, Paz e Terra, 1967.

Extensão ou Comunicação?, Paz e Terra, 1971.

Pedagogia do Oprimido, Paz e Terra, 1974.

Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos, Paz e Terra, 1976. (Este livro contém ACL, PEI, PAP e "Conscientização e Libertação", citados no ensaio).

Cartas a Guiné-Bissau, Paz e Terra, 1977.

"A Alfabetização de Adultos: É ela um quefazer neutro?", em *Educação e Sociedade*, Ano I, n. 1, setembro de 1978.

"Carta a um Jovem Teólogo", em Carlos Alberto Torres, *A Práxis Educativa de Paulo Freire*, Loyola, 1979.

"Entrevista com Paulo Freire", em Carlos Alberto Torres (Org.) *Diálogo com Paulo Freire*, Loyola, 1979.

"Encontro com Paulo Freire", *Educação e Sociedade*, Ano I, n. 3, maio de 1979.

"Paulo Freire: 'Eu quero é ser reinventado'", entrevista a *Psicologia Atual* (EPA), Ano III, n. 13, junho de 1980.

B) Outros

Denis Collins, *Paulo Freire: His Life, Works and Thought*, Paulist Press, Nova Iorque, 1977.

Emmanuel Mounier, *Personalismo*, Moraes Editora, Lisboa, 1961.

J. Simões Jorge, *Sem Ódio Nem Violência*, Loyola, 1979.

J. Simões Jorge, *A Ideologia de Paulo Freire*, Loyola, 1979.

Júlio Barreiro, *Educação Popular e Conscientização*, Vozes, 1980.

Vanilda Pereira Paiva, *Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista*, Civilização Brasileira, 1980.

Vários autores, *Crítica del Capitalismo*, Editorial Nova Terra, Barcelona, 1969.

Venício A. de Lima e Clifford Christians, "Paulo Freire; A Dimensão Política da Comunicação Dialogal", em *Síntese*, vol. VI, n. 10, maio/agosto de 1979.

Venício A. de Lima, "Bibliografia de Paulo Freire", mimeo., UnB, 1980.

Venício A. de Lima, *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire*, Paz e Terra, 1981.

PAULO FREIRE, EXCLUSIVO:

"Quem inaugura a violência não é o violentado, mas quem violenta"

"Quem inaugura a violência não é o violentado, mas quem violenta". A afirmação é de Paulo Freire, o educador mundialmente conhecido, nesta entrevista exclusiva à Revista de Cultura Vozes. E é nessa perspectiva, a partir dos oprimidos, que ele reflete, com os leitores da Vozes, sobre violência e transformação social no mundo de hoje, além de analisar seu novo período de Brasil depois do exílio, a situação da educação popular hoje, o papel das Comunidades Eclesiais de Base e os motivos de sua opção pelo PT — Partido dos Trabalhadores.

Este homem lúcido e simples (que foi recentemente escolhido pelos professores e estudantes da Unicamp como seu candidato preferido se as eleições para a reitoria fossem diretas) nasceu em Recife, no bairro da Casa Amarela, em 19 de setembro de 1921. Seu pai, Joaquim Temístocles Freire, era do Rio Grande do Norte e chegou ao oficialato da Polícia Militar de Pernambuco. Era espírita. Sua mãe, Edeltrudes Neves Freire, era católica. "Com eles — diz Freire — aprendi o diálogo que tentei de manter com o mundo, com

os homens, com Deus, com minha mulher e meus filhos". A crise econômica de 1929 obrigou sua família a transferir-se para Jaboatão. Mais tarde, voltando para Recife, Paulo Freire entrou na Faculdade de Direito onde passou a alternar os estudos e a leitura de Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa com a admiração por Tristão de Athayde, Jacques Maritain, George Bernanos e Mounier.

Casou-se em 1944 com Elza Maia Costa Oliveira. Tiveram cinco filhos. Como advogado, Paulo Freire abandonou a profissão logo depois da primeira causa: a cobrança de uma dívida. Ao encontrar o devedor, um jovem dentista, Freire penalizou-se e desistiu do processo. Começou, então, sua longa experiência em educação popular primeiro no SESI — Serviço Social da Indústria, dirigindo o Departamento de Educação e Cultura e depois no Movimento de Cultura Popular de Recife e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade.

Já nessa época começava a se tornar famoso o seu método de alfabetização e a filosofia que o inspirava. Mas, no contexto da noite sombria

CULTURA POPULAR

Revista Latino-Americana de Educação Popular

Uma publicação da CELADEC

Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã
General Garzón 2267, Lima 11, Peru

que se aproximava, a repressão apon-
tou seus fuzis sobre essa experiência.
Paulo Freire conta:

"O golpe de estado de 1964 não
somente deteve o esforço que fazía-
mos no campo da educação de adul-
tos e da cultura popular, como me
levou à prisão por cerca de 70 dias
(com muitos outros companheiros
comprometidos no mesmo esforço).
Fui submetido, durante quatro dias,
a interrogatórios que continuaram
depois do IPM do Rio de Janeiro.
Livrei-me procurando refúgio na Em-
baixada da Bolívia em setembro de
1964. Na maioria dos interrogatórios
a que fui submetido, o que se queria
provar era — além de minha "igno-
rância absoluta" (como se houvesse
uma ignorância absoluta ou uma sa-
bedoria absoluta. E esta só existe
em Deus) — o perigo que eu repre-
sentava.

Fui considerado como "subversivo
internacional", como "um traidor de
Cristo e do povo brasileiro". Um dos
juizes perguntou-me: "Você nega que
seu método é semelhante ao de Sta-
lin, Hitler, Perón e Mussolini? Você
nega que com seu pretense método
você quer mesmo é bolchevizar o
país"... O que ficava muito claro
em toda esta experiência, da qual saí
sem ódio e sem desespero, era que
uma onda ameaçadora de irraciona-
lismo estendia-se sobre nós: era uma
forma ou distorção patológica da
consciência ingênua, extremamente
perigosa por causa da falta de amor
que a alimenta, por causa da mís-
tica que anima".

Exilado, Paulo Freire peregrinou
por muitos países. Mas suas ativida-
des principais centralizaram-se em
Genebra, Suíça. E a marca de sua
reflexão está presente um pouco por
toda parte, no Terceiro Mundo: des-
de as antigas colônias portuguesas
— como Guiné Bissau, São Tomé e
Príncipe — até a recentemente liber-

tada Nicarágua. Hoje, em São Paulo,
dá continuidade ao seu trabalho de
educação libertadora junto aos es-
tudentes e professores da PUC e
Unicamp e à Arquidiocese de São
Paulo.

Vozes — Qual o balanço que o Sr.
faz desse seu reencontro com a rea-
lidade brasileira já há mais de um
ano, depois do exílio?

Paulo Freire — Não é muito fácil
fazer um balanço rigoroso, ainda
que seja, possível. Não é fácil exa-
tamente pela componente afetiva e
emocional que esse reencontro im-
plica. Como você sabe, ou passei
quase 16 anos longe do Brasil. E so-
bre essa distância no espaço e no
tempo eu já tenho falado muito. Não
vou aqui repetir. Apenas eu me re-
firo a essa distância. Refiro-me tam-
bém a um ponto que acho impor-
tante nesta tentativa de balanço: du-
rante o longo tempo da minha au-
sência forçada do Brasil, minha mu-
lher e eu estávamos mais ou menos
convencidos de que o nosso limite
existencial não correspondia ao limi-
te histórico de uma possibilidade de
volta ao país. E foi exatamente esta
quase convicção que nos ajudou, in-
clusive, a não transformar nunca a
nossa natural saudade do Brasil nu-
ma espécie assim de enfermidade.
Hoje eu até já posso usar — depois
de mais um ano no Brasil — um
verbo que tem muita significação:
nós *curtamos* o Brasil à distância
e silenciosamente, como se temêsse-
mos falar alto.

Um dia, porém, as coisas come-
çam mais ou menos a abrir-se e a
possibilidade da volta se fez e nós
chegamos aqui numa primeira visita
e, em seguida, voltamos definitiva-
mente em 1980. A nossa volta, neces-
sariamente, de um lado representava
uma alegria enorme. Do outro, ela
também representava um desafio.
Quer dizer, não se passa quase de-

zesseis anos longe de um contexto
impunemente. Ao voltar, nós tería-
mos que reaprender o Brasil, como
insisti tanto em afirmar quando da
primeira visita. Mesmo que o Brasil
tivesse sido constantemente durante
o tempo de exílio uma pre-ocupação,
demandaria de mim uma curiosida-
de e um dar-me ao contexto que eu
retomava, para que pudesse, na ver-
dade, começar a reconhecê-lo e a co-
nhecê-lo melhor.

O hiato que temos de uma intensa obscuridade, de um silêncio pesado imposto a nós todos, enfatiza a necessidade da participação

E, finalmente, em junho de 1980
chegamos a São Paulo definitiva-
mente. É interessante: de um lado,
havia em nós este desejo enorme,
essa curiosidade de entrar novamen-
te neste processo de reconhecer o
país; do outro havia uma curiosida-
de grande sobretudo de muita gente
jovem que nunca tinha me visto.
Isso em todo o país. Eu poderia di-
zer — e digo com alegria, com or-
gulho — de ter sido recebido com
um carinho enorme, no país todo.
Evidentemente que não poderia ser
só carinho. Reconheço que que há
aqueles que prefeririam mil vezes
que eu nunca tivesse voltado. Uni
uma coisa com a outra — o desejo
de reencontrar o país e o carinho
com que fui recebido — e atendi a
pelo menos 80% dos convites que
recebi. Isso significou uma espécie
de cansaço que me apanhou no pri-
meiro semestre deste ano e que me
fez reduzir um pouco minhas ativi-
dades.

Disse no começo que um balanço
inicial deste retorno ao Brasil não
era algo fácil mas era possível. Mas
não tenho dúvida de que me gastei
pelo querer bem. Depois de 16 anos

de ausência, tudo tem que se apren-
der mesmo... eu não sei se seria
exagero dizer que a gente às vezes
tem que aprender a andar. No meu
caso, isso se vem dando facilmente
quer dizer, eu me senti tomado d
novo pelo cheiro da terra, pelo cheir
do chão, pela maneira de estar ser
do e de ser entre nós, pela lingua-
gem, pela língua; tudo neste pont
de vista não foi difícil; foi assir
quase de repente. Na verdade, indí-
cutivelmente, era o selo que um
espera silenciosa esperava do encor-
tro com o chão, de novo. Agora, ev-
dentemente, comeci a re-aprende
as coisas. Até, por exemplo, a que
tão da pontualidade que é algo tão
terra a terra. Antes de deixar o Br
sil eu já era pontual nos meus en-
contros. Mas é claro que fiquei mu-
to mais. Compreendo, mas às vezes
estranho, a falta de pontualidade.

Interessava-me, principalmente, c
meçar a compreender de novo a pr
pria dinâmica do processo histórico.
Não que eu estivesse pensando qu
ia virar um especialista nessa con-
preensão, mas de modo tão curios
quanto o seu, pelo fato mesmo c
estar começando a viver no país, pel
fato de ter desenvolvido uma açã
relativamente grande no país ante
de sair. E tive, então, algumas pos-
sibilidades muito boas para começ
esse re-estudo. De um lado, po
exemplo, a atividade docente na U
versidade Católica de São Paulo
na Unicamp; essa atividade nas du
universidades me abria um setor c
indiscutível riqueza nesse proces
iniciado em agosto de 1980; exat
mente porque, nos encontros que ti
na PUC e na Unicamp, eu ouvi
venho ouvindo ao máximo os par-
cipantes que, juntamente comigo, o
ganizam os programas dos curs
em lugar de receberem de mão be
jada. Na medida em que cada pa-
ticipante destes cursos fala da su
prática fora da universidade, está f
lando de uma prática mais amp.

que é, exatamente, a prática social. E a compreensão das práticas espaciais inseridas na prática total vai levando a uma compreensão da prática total. Estes cursos da universidade têm sido cursos para mim e não cursos em que eu sou o professor; esses cursos são duplamente importantes para mim porque, de um modo geral, como educador eu me educo também e porque a situação em que estou fazendo esta prática — de como educador me educar também como educando — serve enormemente ao processo anterior sobre o qual falei, o da reaprendizagem. Essas atividades têm me oferecido oportunidades enormes de reflexão.

E nas discussões com esses setores, com esses estudantes, sobre as práticas realizadas em áreas periféricas de São Paulo — na área da educação popular, por exemplo — tenho elementos para uma compreensão do que hoje acontece na educação popular comparada com a que aconteceu ontem. Felizmente quando voltei ao Brasil não cheguei com a ingênua pretensão de dizer às pessoas que ficaram no país que iria aplicar as coisas que apliquei em 63, 64. Eu já vinha convencido de que não se trataria de reeditar o que já havia realizado, mas sim de ver como em 80, 81, 82 — que não eram mais 64 — fazer e o que podia fazer em função também dos limites históricos que temos.

Venho observando que uma temática que foi fundamental para mim e para minha geração continua uma temática fundamental hoje também, se bem que com roupas distintas e exigindo evidentemente também uma aproximação diferente. Eu citaria rapidamente dois ou três desses temas básicos, que tocaram a minha geração como educador e que eu acho que estão aí hoje. E testo para você concordar ou não. Por exemplo, o

tema da *participação popular*. Era um tema intensamente vivo nos anos 60. A questão da participação das massas populares na construção e na reconstrução da sociedade. E hoje o tema é talvez mais ainda vivo. O hiato que temos de uma intensa obscuridade, de um silêncio pesado imposto a nós todos, enfatiza a necessidade da participação. O tema é o mesmo, em momentos distintos. O que se observa, porém, é que, possivelmente, o tratamento dado ao tema hoje não seja o mesmo dado em 63, 64. Mas o tema está aí a nos desafiar. O grande problema nosso é saber até que ponto respondemos diferentemente em níveis históricos a um tema que é o mesmo.

Eu te daria outro tema que está muito ligado ao anterior: é o da *participação dos analfabetos no processo eleitoral*. Isto tocou muito a minha geração e continua a tocar a de hoje na medida em que se faz uma abertura política. E num país de analfabetos, em que o índice de analfabetismo ainda é muito grande. O problema era o próprio problema do analfabetismo que ainda existe. Só que a forma de tratá-lo também tem que ser outra, diferente.

Outro tema/problema é o da *remessa dos lucros para o estrangeiro* (uso exatamente a mesma expressão utilizada na época de minha presença aqui). Isso gerou uma celeuma enorme e foi, possivelmente, uma das causas das modificações que ocorreram no país. Era um dos aspectos do grande calcanhar de Aquiles. Mas hoje nós temos o mesmo problema e hoje mais desenvolvido, mais crescido, porque está vestido com uma roupa diferente, a das multinacionais.

O problema não é o de dizer, por exemplo, "em 1982 tudo está diferente de 1963". O conjunto temático continua a ser o mesmo. O proble-

ma da *miséria*, da *fome* que vem crescendo como um desafio; os *problemas sociais e culturais*; e muitos desses problemas foram piorados pela repressão que se abateu sobre nós. Para mim, o problema fundamental é saber como vamos respondendo a essas questões. Evidentemente hoje temos aspectos desses problemas e tentativas de respostas a alguns deles e que não haviam no meu tempo (como, por exemplo, o problema da *mobilização* e da *organização popular*; ele já existia no meu tempo, talvez visto com menos clareza e que hoje se coloca de novo). E para mim é um dos problemas fundamentais. E hoje já são encontradas respostas populares, nascidas no corpo, na intimidade do que poderíamos chamar de movimentos populares. É o próprio povo fazendo suas tentativas de organização.

As Comunidades de Base são políticas desde o começo

Uma das novidades que encontrei neste país — ligada a coisas antigas deste país — é, exatamente, a maravilhosa experiência das Comunidades Eclesiais de Base. Elas são uma novidade e, ao mesmo tempo, uma coisa velha. Elas são antigas e velhas mas não tradicionais. Há um caráter que é exatamente o da comunidade, sobre o qual Puebla insistiu e que tem muito a ver com um primitivo cristianismo. Mas o fenômeno é, ao mesmo tempo, novo mas sem ser modernizante. Há uma novidade nelas: é o povo aprendendo a fazer história. Uma das razões da emergência das Comunidades Eclesiais de Base nesses dez, doze anos para cá foi justamente a dificuldade da massa popular ter voz, no período do silêncio imposto. Então, as CEBs aparecem como constituindo-se em palcos para a voz. Neste sentido,

elas são proféticas, no sentido etimológico da palavra. Constituem-se como áreas de denúncia e de anúncio. Neste sentido, elas são políticas desde o começo. Não há como negar este caráter político das Comunidades Eclesiais de Base. Isto não quer dizer que elas devam ser partidárias. O que estou dizendo é que elas são políticas. Estão interessadas na reconstrução da sociedade. Isso é política.

Vozes — E tem havido uma releitura da própria política...

Paulo Freire — Exato. Eu não quero idealizar, mas acho que valia a pena voltar só para ver isso. As Comunidades de Base nascem fazendo uma leitura dos Evangelhos; lêem e relêem e descobrem que — lendo e relendo — partem para uma leitura e uma releitura do contexto. Esta é uma das bonitas novidades deste pedaço da história do Brasil, ao lado da indiscutível consciência política diferente da classe operária que renuncia, de maneira muito crítica, à posição de ouvinte durante toda a nossa história política; e renuncia à arrogância intelectual dos dominantes. A classe operária não diz um não sistemático aos intelectuais mas um não sistemático aos arrogantes. Esta é outra novidade que também acho fantástica. E tenho a impressão, tenho certeza de que essas duas grandes novidades — que, de certa maneira, cobrem grande parte do país — caracterizam já em si, no movimento que constituiu essas novidades, — a própria raiz da educação popular, na perspectiva atual.

Fui para o PT porque adiro à postura profética do partido

Vozes — Ao retornar, o Sr. fez uma opção política pelo Partido dos Trabalhadores. E agora o Sr. não só é membro do PT mas faz parte de

sua direção nacional. Como o Sr. analisa essa opção?

Paulo Freire — Por causa exatamente desse caráter de novidade dessa consciência política de grande parte da classe operária brasileira, passei um telegrama quando ainda estava em Genebra autorizando o uso do meu nome entre os fundadores do PT. Minha posição era a seguinte: no momento em que grande parte da classe trabalhadora brasileira dizia não à arrogância dos intelectuais, eu dizia sim a ela. E hoje sou realmente um militante do PT; um militante sem pretensão nenhuma a postos fora ou dentro do PT. Não. Minha militância é enquanto um político educador e um educador político. Acredito no sonho que o PT veste e acho que não tinha o direito de cruzar as mãos. Não fui para o PT pensando que tenho uma contribuição indispensável a dar; para mim, o PT ensinará mais ainda a ser um melhor intelectual. Fui para o PT porque adiro a essa postura profética do Partido. E digo isso sem medo nenhum. Adiro a essa postura de anúncio e denúncia e a essa real abertura democrática que o Partido dos Trabalhadores vive. É o sentido da participação popular.

Tendo nascido na intimidade dos movimentos sociais e tendo a necessidade inclusive legal de não se afastar deles (é partido porque precisa, porque como movimento não vai chegar ao poder), o PT enfrenta os desafios. Há uma espécie de descrença (não só aqui, mas noutros países) no caráter tradicional dos partidos e uma busca quase incontida pelos movimentos. Eu me lembro nos anos 70, na Europa, como se ridicularizava, por exemplo, a atividade dos ecologistas. E agora, na eleição de Mitterrand, os ecologistas tiveram um milhão e 500 mil votos. A minha posição é a de que, mais e mais, ou os

partidos se re-fazem numa perspectiva crítica de inserção aberta, criadora, não burocratizante na história — e essa abertura, essa organização, essa reorganização permanente caracterizam os movimentos populares — ou os partidos se acostumam a isso e respeitam os movimentos populares (o problema é nascer dos movimentos e respeitá-los enquanto partidos), não pretendendo manobrá-los e fechá-los em seu sistema. Este para mim é um desafio que o PT tem. E o Partido dos Trabalhadores está na luta por ser partido.

Nessa marcha histórica que o PT faz, ele tem que — ao mesmo tempo em que luta para satisfazer as exigências legais — robustecer-se na fonte em que nasceu que são os movimentos populares. Afinal de contas, é esse sonho que eu acho que o PT pode encarnar. É que me faz um militante dele. A minha opção é uma opção libertadora. No ano passado, um ex-líder estudantil me disse num encontro na PUC em que eu falaria sobre minha opção pelo PT. Foi Luiz Travassos. Ele me disse: “Paulo, você está entre os intelectuais brasileiros que, se não tivesse feito esta opção pelo PT, trairia toda a sua prática anterior”. Achei que ele se sentiu muito bem. Parece até falta de humildade ou citar o Travassos dizendo isso. Ele acrescentou: “Paulo, onde você colocaria os Círculos de Cultura se hoje não tivesse feito essa opção?” Agradei a ele essa compreensão tão exata de mim.

Minha militância não se dá apenas se eu fosse às reuniões do PT. Vejo minha militância muito humildemente. Sou militante do PT agora enquanto te falo. E enquanto professor num seminário. Mas o que não posso fazer num seminário é dar uma nota má a um estudante porque ele não é do PT. Porque se eu fizesse isso, eu me contradiria com o sonho ao qual já me referi. Sonho com que

eu sonho em torno do PT. Nos seminários não há ninguém que não saiba que sou militante do PT. Mas ninguém teme de não ser PT porque eu sou PT. Isso tudo tem feito parte desse aprendizado tão desperto que venho fazendo depois que cheguei.

É preciso fazer o aprendizado da abertura

Vozes — *Avançando em nossa conversa: o Sr. deve sentir também a sensação do agravamento terrível da crise nacional...*

Paulo Freire — Eu não sei se seria capaz de fazer essa análise. Eu simplesmente te diria que, evidentemente, o momento é difícil. Talvez começasse a refletir a partir do seguinte: em primeiro lugar, a abertura começou a existir porque havia um fechamento. Não era possível compreender a abertura a não ser pelo contrário dela. Então, como houve um fechamento terrível nesse país, a abertura foi um momento que se gerou dentro desse fechamento. Mas acontece — e é até uma coisa óbvia o que vou dizer — que o processo de abertura colocou como necessidade o aprendizado dela. E o aprendizado dela não só para nós, os que fazemos uma oposição ao fechamento, ao regime, ao sistema. Mas o aprendizado da abertura é colocado também para os que defendem o fechamento e para os que estão no poder manejando a abertura. Seria um absurdo que o aprendizado fosse só de um. Os que mantiveram o país durante tanto tempo silencioso e fechado também têm que aprender a abrir. E não somente nós. Mas nós também temos que aprender a abertura. E a aprendizagem da abertura significa, em última análise, uma compreensão crítica do processo histórico. Significa também a compreensão da existência de limites históri-

cos. A abertura é isto: nasce com limites. E isto precisa ser compreendido.

O que me assusta, às vezes, é a falta de bom gosto em alguns dos estudantes da abertura. A mim não interessa fazer aqui uma relação desses estudantes da abertura. Acho que, quem ler, vai perceber quem são eles. Eu tento aprender a abertura e aprender a usá-la. E a melhor coisa para isso é usar os espaços dela. Não há inclusive possibilidade de ampliar um espaço se você não o preenche. Só posso exigir uma sala maior do que essa se eu encher essa sala. Por outro lado, eu também não idealizo o processo de abertura. Não digo que é irreversível. Essa palavra irreversível eu já deixei de usar há muito tempo; por causa dela, passei 16 anos no exílio. Mas não acredito na reedição do silêncio forte, pesado, que caiu sobre o país. Mas acredito que possa haver fechamentos.

E se você me pergunta “como você se comporta diante dessa possibilidade?” eu diria que tanto quanto se possa dizer às massas populares sobre essa viabilidade, deve-se dizer. Essa é uma forma que a gente tem de encher o espaço. É preciso chamarmos a atenção de todos os que estamos envolvidos nesse processo de aprendizagem da abertura — talvez até eu pudesse dizer o que Darcy Ribeiro disse um dia, quando foi a Buenos Aires logo depois da volta de Perón. Ele disse a um grupo de estudantes: “Cuidem disso com cuidado mesmo. Cuidem bem da experiência de vocês para que não se acabe”. Tenho a impressão de que a gente precisa trabalhar ao máximo na mobilização e na organização das massas populares, como um desafio.

Vozes — *Outro aspecto que merece sua análise: normalmente os homens do sistema prevêm as perspectivas brasileiras de uma maneira*

muito precisa. "Determinada fase já foi superada; agora vamos eleger um presidente civil...", como se o Brasil fosse caminhando sempre a reboque das decisões deles...

Paulo Freire — Vejo isso como resultado do autoritarismo. Por falar nisso, talvez seja interessante dizer que a sociedade brasileira é uma das mais autoritárias que conheço. É de nascença. O autoritarismo brasileiro gerou-se na gestação da sociedade brasileira. Evidentemente o regime militar contribuiu para esse autoritarismo. Para quem tem uma prática já enorme do autoritarismo determina o comando, o domínio, a ampla determinação de algumas pessoas sobre multidões, normalmente os autoritários pensam que também podem fazer isso com a história. De repente a história vira objeto manuseável. Vira algo que o sujeito, com a maior intimidade, manipula. No meu entender, porém, não há autoritarismo que seja suficiente para fazer história. Para dar ao autoritário um poder total sobre a história. De maneira que quando se fazem todos esses programas, tudo isso pode também deixar de ser. Cabe muito a nós todos contestar um pouco essa predição. O predizer-se tanto em torno do país. Não se trata também de assumir uma posição imediatamente pessimista como se as coisas que estão sendo feitas significassem que a gente vai se acabar. Faz um ano e pouco que cheguei ao Brasil, também tenho vivido momentos de profundo pessimismo, com relação à própria abertura nesse país.

De repente amanhece a cidade toda esperando que vá haver uma catástrofe. Foi o caso, por exemplo, da saída do general Golbery (não creio que ele tenha saído apenas porque quis sair) e de repente ficou o país todo convencido de que tudo seria reeditado. Também não estou pretendendo que a gente saia de um

pessimismo assim tão fatalista para um otimismo ingênuo. Recuso uma reflexão segundo a qual o regime está no seu fim, as massas populares já estão no poder... ambas as posturas são ingênuas, por mais que possam ser proclamadas.

Vozes — Mas quais seriam, assim, as tendências que se afirmam, embora não o queiramos considerar como futurólogo?

Paulo Freire — Não quero ser, nem tenho condição de ser futurólogo. Mas acredito muito na capacidade que tenhamos de uma convivência com os movimentos populares, sociais, em termos realmente críticos, numa compreensão do processo histórico, no sentido de estimular a mobilização popular, a participação das massas populares. Recuso o pessimismo de caráter fatalista. Recuso o otimismo também fatalista. Também não fico numa posição de "deixa como está para ver como é que fica". Acho que cada um de nós, em seu nível, em seu campo, tem a tarefa de ampliar as possibilidades democráticas. Este é o grande desafio no Brasil hoje.

Quem inaugura o desamor não é o desamado, mas quem desama

Vozes — O Sr. considera que a questão da violência ou da não-violência para a promoção das mudanças sócio-econômico-políticas continua na ordem do dia?

Paulo Freire — Vou responder de uma maneira que não é evasiva. É o que penso, pondo de lado a minha real ojeriza pela violência. Mas isto não tem nada a ver com a história. Mas com a minha história pessoal. Toda vez que me falam em violência, penso que a violência não é uma categoria metafísica. Não cabe

a mim apanhar a violência com uma pinça, no ar, e dizer: "Aqui está a essência da violência". Para mim, a violência é uma categoria histórica. Toda vez que penso na violência, me pergunto: "Violência de quem contra quem?" E o próprio dom Hélder, muito antes de mim, fala de uma violência que se institucionaliza. Agora mesmo estive no Nordeste, descansando, e vi coisas terríveis. Vi famílias almoçando nas latas de lixo. E não é possível negar isso porque é algo concreto, está lá, quem quiser pode ir ver. E acho isso uma profunda violência. Coloquei esta questão da violência há alguns anos na "Pedagogia do Oprimido". Para mim, quando a gente fala da violência faz um pouco de cavilação: nós só consideramos a violência quando ela parte do oprimido, quando ela é uma resposta que o oprimido dá a uma violência institucionalizada, como diz dom Hélder. É nesse momento que a gente se revolta contra a violência. Quem inaugura o desamor não é o desamado, mas é quem desama. Quem inaugura a violência não é o violentado, é quem violenta. E neste sentido gostaria de dizer, quando se fala em luta de classes, em ficar contra a luta de classes, eu só posso rir, porque essa não é uma questão para ficar contra ou a favor. Isto é algo para constatar, em primeiro lugar. Se quiser tire o nome de luta de classes, que é mais brabo e diga conflitos de classes, conflitos de interesses. E isso existe.

↗ Inclusive não foi Marx que inventou isso. Ele mesmo diz numa de suas cartas que os economistas burgueses tinham constatado a luta de classes antes dele. Como educador, eu não nego nem fujo aos conflitos. É impossível negar os conflitos. Diria mais: o conflito é a parteira da consciência. Meu sonho — que eu acho que é possível — é o seguinte: encontrar os caminhos da transformação social com um gasto menor.

Quanto menos gasto social, tanto melhor. Mas eu compreendo a existência do conflito, da luta, inclusive o conflito é gerador.

A educação é política e a política é educativa

Vozes — Passando para outra área: de 60 para cá foram apresentadas à sociedade duas propostas de atuação na área educacional. Uma educativa — o método Paulo Freire — e uma outra pretensamente educativa, no caso o Mobral, que entrou com a pretensão de desenraizar por completo o que o Sr. e seus colaboradores haviam iniciado. Que reflexão de conjunto o Sr. faz desses dois momentos?

Paulo Freire — É preciso colocar os dois momentos dentro de um quadro amplo que é o da politicidade da educação. Acho graça quando alguns dizem que não sou um educador mas um ideólogo, mesmo ruim. O educador que diz que não sou um educador mas um ideólogo é um ideólogo também. Só tem uma forma de você negar a politicidade da educação: é fazer a politicidade da educação. Isto significa que a educação é política e a política é educativa. Evidentemente que nem a politicidade da educação nem a educabilidade da política esgotam, de um lado, o fato educativo, do outro o fato político. Mas o fato é que não pode existir um e outro sem um e o outro. Quando você pergunta sobre o esforço nosso (não só meu, como você salientou) e o esforço do Mobral, a primeira coisa que me vem à mente — e talvez a única — é como a comparação desses dois esforços comprova, uma vez mais, a politicidade da educação. O problema básico é o de ver qual era a visão política da prática da qual participei e qual é a visão política da

prática do Mobral. Aí é que encontramos a diferença entre os dois momentos. Não nos métodos, não nas técnicas; não nos manuais. Mas nos manuais a diferença pode ser encontrada desde que você faça a análise ideológica das linguagens utilizadas.

A nossa visão da alfabetização era necessariamente uma visão política. Mas a visão do Mobral também é.

Mas a política que nós defendíamos era uma política em favor dos oprimidos, em favor da transformação das estruturas da sociedade, da recriação da sociedade, em favor da superação das injustiças sociais que aí estão. Por isso mesmo é que numa visão pedagógica era impossível tomar a alfabetização como uma pura técnica, transferência de saberes em torno dos ba-be-bi-bo-bus.

Qual a análise dos comunicadores brasileiros sobre a reflexão dos bispos em Puebla em torno dos Meios de Comunicação?

a resposta está em

PUEBLA BRASIL: COMUNICAÇÃO — UM ESTUDO CRÍTICO

novo lançamento da Loyola. / Distribuição da Vozes.

Anamaria Fadul/Antônio Marcos Girardi/
Atílio Hartmann/Clarêncio Neotti/
Dermi Azevedo/Eduardo Koaik/
Isaías Borghetti/Ismar de Oliveira Soares/
Joana T. Puntel/José Marques de Melo/
José Milton Santos/José Scatena/
Luciano Metzinger/Maria Clara Lucchetti Bingemer/
Maria da Glória Bordeghini/Mário Erbolato/
Miron Stoffels/Moacir Pereira/
Nelci Capellari/Nereu de Castro Teixeira/
Pedro Gilberto Gomes/Renato Zanolla/
Romeu Alberti/Romeu Dale.

IDÉIAS & FATOS

OS PROGRAMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

PT PARTIDO DOS TRABALHADORES

1. Organização Partidária

Partido de massas, nacional, legal, de todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política: trabalhadores da cidade, do campo e de todos os setores explorados pelo capitalismo; camponeses, posseiros, profissionais liberais, professores, bancários, parlamentares, trabalhadores autônomos da cidade e do campo, estudantes, aposentados, operários, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias; aberto à participação de todas as camadas assalariadas do País. Canal para as massas populares que desejam participar legal e legitimamente de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos eleitorais.

Estrutura interna democrática apoiada em decisões coletivas e colegiadas. Definição do militante por sua inscrição individual em núcleos. Direito das minorias de expressar seu ponto de vista. Discussão com lideranças populares e setores sociais organizados.

Participação em frentes de massa e interpartidárias, setores, correntes e forças democráticas, com o direito de cada corrente organizar-se independentemente, na luta pela democratização e contra o regime ditatorial, para conquistas comuns imediatas.

2. Princípios Gerais

Não há democracia sem socialismo nem socialismo sem democracia. Democracia plena, exercida diretamente pelas massas. Fim da exploração do homem pelo homem. Transformação da atual ordem econômica, social e política, e não, apenas, soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras ou mudança das atuais instituições políticas.

Avanço e fortalecimento de novo e amplo movimento social.

Insuficiência da luta econômica dos trabalhadores para garantir melhoria de vida para a maioria do povo. Necessidade de intervir organizadamente na sociedade em condições próprias e com projeto político

próprio das grandes massas de trabalhadores. Não aceitar subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora de extração social economicamente privilegiada. Não aceitar que a frente de oposições se mantenha à custa do silêncio político das massas trabalhadoras. Emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores; democracia como participação organizada e consciente.

Aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Elevação da mobilização, organização e consciência das massas; fortalecimento e independência política e ideológica dos trabalhadores e dos setores populares. Subordinação das atividades eleitorais e parlamentares ao objetivo de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

3. Política Institucional

Busca do Poder Político e implantação de governo baseado em órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras. Nova forma de democracia com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões da maioria. Exercício, pelos trabalhadores, de todo poder econômico e político. Fim do regime militar. Controle popular dos fundos públicos.

Direito de voto dos analfabetos, cabos e soldados. Fim das eleições indiretas; eleições livres e diretas. Liberdades democráticas e participação política efetivas. Anistia ampla, geral e irrestrita. Liberdade de organização e de expressão política. Desativação dos órgãos de repressão, dissolução dos grupos paramilitares, fim de torturas, punição dos responsáveis, fim dos Tribunais de Exceção.

Derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado. Central dos trabalhadores eleita democraticamente pela vontade e pela ação de todos os trabalhadores. Sindicatos livres e independentes do Estado, extinção do imposto sindical, fim do estatuto-padrão. Direito de greve. Liberdade de organização nos locais de trabalho. Comissões e delegados de fábricas. Direitos sindicais aos funcionários públicos. Liberdade, autonomia e independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais em relação ao Estado e aos partidos políticos.

Política econômica e social que impeça desníveis.